

Concessionária BR 040 S.A.

*Informações Financeiras Intermediárias
Referentes ao período de nove meses findo em
30 de setembro de 2015 e Relatório de Revisão
de Informações Trimestrais Intermediárias*

30 de setembro de 2015

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS INTERMEDIÁRIAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concessionária BR-040 S.A. - Via 040
Nova Lima - MG

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Concessionária BR-040 S.A. (“Companhia”), referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três meses e nove meses findos naquela data, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBCTR2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 - “*Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1), aplicável à elaboração de informações financeiras intermediárias.

Ênfase

Continuidade operacional da Companhia


Conforme descrito na nota explicativa nº 1 às informações financeiras intermediárias, a Companhia apresenta passivos circulantes em excesso aos seus ativos circulantes no montante de R\$720.401 mil. A administração, baseada no plano de negócios, considera que, além do fluxo de caixa das operações projetado para os próximos doze meses, a Companhia também conta com o suporte financeiro dos seus acionistas para fazer frente aos compromissos de caixa e reequilíbrio do capital circulante líquido. Em 30 de setembro de 2015, a eventual não confirmação do referido plano de negócios indicaria a existência de incerteza significativa, que pode levantar dúvidas quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de nove meses findos em 30 de setembro de 2015, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações financeiras intermediárias é requerida para companhias abertas de acordo com a legislação societária e considerada informação suplementar para companhias de capital fechado. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 13 de novembro de 2015


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 “F” RJ


Antonio Carlos Brandão de Sousa
Contador
CRC 1RJ 065.976/O-4

CONCESSIONÁRIA BR 040 S.A - VIA 040

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 30 DE SETEMBRO DE 2015 (NÃO AUDITADO)

(Em milhares de reais)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota</u>	<u>30/09/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	2.145	611
Aplicações financeiras	4	77.802	277.228
Contas a receber	5	22.797	-
Estoques		2.717	1.182
Impostos a recuperar	6.a	5.286	5.499
Adiantamentos diversos		158	511
Despesas antecipadas		6.528	1.328
Total do ativo circulante		<u>117.433</u>	<u>286.359</u>
NÃO CIRCULANTE			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.b	11.069	11.025
Depósitos judiciais		18	-
Imobilizado	8	33.863	8.342
Intangível	9	1.058.135	553.345
Outros		829	-
Total do ativo não circulante		<u>1.103.914</u>	<u>572.712</u>
TOTAL DO ATIVO		<u><u>1.221.347</u></u>	<u><u>859.071</u></u>
<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
CIRCULANTE			
Fornecedores	10	59.606	35.066
Empréstimos e financiamentos	12	747.412	1.290
Salários e encargos sociais a recolher	11	10.752	4.805
Impostos e contribuições a recolher	6.c	3.776	2.936
Adiantamentos de clientes		6.004	-
Partes relacionadas	7	2.853	873
Provisão para manutenção	21	102	-
Provisão ambiental	22	250	-
Outros		7.079	-
Total do passivo circulante		<u>837.834</u>	<u>44.970</u>
NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores	10	64.147	-
Empréstimos e financiamentos	12	10.037	520.605
Provisão para riscos	13	15	-
Provisão ambiental	22	4.312	-
Total do passivo não circulante		<u>78.511</u>	<u>520.605</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	14	395.000	315.000
Prejuízos acumulados		(89.998)	(21.504)
Total do patrimônio líquido		<u>305.002</u>	<u>293.496</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>1.221.347</u></u>	<u><u>859.071</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias

CONCESSIONÁRIA BR 040 S.A - VIA 040

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O
PERÍODO DE TRÊS E NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2015 (NÃO AUDITADO)
(Em milhares de reais, exceto o prejuízo por lote de mil ações)

	Nota	01/01/2015 a 30/09/2015	31/01/2014 a 30/09/2014	01/07/2015 a 30/09/2015	01/07/2014 a 30/09/2014
Receita operacional líquida	15	48.141	-	48.141	-
Receita de construção	15	481.312	196.351	167.671	188.860
Custo dos serviços prestados	15	(32.171)	-	(32.171)	-
Custo de construção	15	(476.547)	(194.407)	(166.011)	(186.990)
LUCRO BRUTO		20.735	1.944	17.630	1.870
Receitas (despesas) operacionais					
Gerais e administrativas	15	(31.745)	(10.900)	(14.118)	(6.437)
Outras receitas, líquidas	15	(56.725)	(11.348)	(10.755)	(9.092)
		(88.470)	(22.248)	(24.873)	(15.529)
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS					
Receitas financeiras	16	2.930	14.659	349	4.531
Despesas financeiras	16	(3.734)	(119)	(3.327)	(117)
		(804)	14.540	(2.978)	4.414
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(68.539)	(5.764)	(10.221)	(9.245)
Imposto de renda e contribuição social	6.b	45	1.960	15	3.157
Corrente		-	-	-	1.197
Diferido		45	1.960	15	1.960
PREJUÍZO DO PERÍODO		(68.494)	(3.804)	(10.206)	(6.088)
Prejuízo básico e diluído por ações (em reais - R\$)	17	(0,182)	(0,012)	(0,026)	(0,019)

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias

CONCESSIONÁRIA BR 040 S.A - VIA 040

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O
PERÍODO DE TRÊS E NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2015 (NÃO AUDITADO)

(Em milhares de reais)

	<u>01/01/2015 a</u> <u>30/09/2015</u>	<u>31/01/2014 a</u> <u>30/09/2014</u>	<u>01/07/2015 a</u> <u>30/09/2015</u>	<u>01/07/2014 a</u> <u>30/09/2014</u>
PREJUÍZO DO PERÍODO	<u>(68.494)</u>	<u>(3.804)</u>	<u>(10.206)</u>	<u>(6.088)</u>
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO	<u><u>(68.494)</u></u>	<u><u>(3.804)</u></u>	<u><u>(10.206)</u></u>	<u><u>(6.088)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias

CONCESSIONÁRIA BR 040 S.A - VIA 040

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O
PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2015 (NÃO AUDITADO)

(Em milhares de reais)

	<u>Capital social</u>		<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
	<u>Subscrito</u>	<u>A integralizar</u>		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	395.000	(80.000)	(21.504)	293.496
Integralização de capital em 06 de março de 2015	-	80.000	-	80.000
Prejuízo do período	-	-	(68.494)	(68.494)
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2015	<u>395.000</u>	<u>-</u>	<u>(89.998)</u>	<u>305.002</u>
Ato constitutivo em 31 de janeiro de 2014	395.000	(395.000)	-	-
Integralização de capital em 21 de fevereiro de 2014	-	39.500	-	39.500
Integralização de capital em 24 de fevereiro de 2014	-	275.500	-	275.500
Prejuízo do período	-	-	(3.804)	(3.804)
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2014	<u>395.000</u>	<u>(80.000)</u>	<u>(3.804)</u>	<u>311.196</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias

CONCESSIONÁRIA BR 040 S.A - VIA 040

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O
PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2015 (NÃO AUDITADO)
(Em milhares de reais)

	Nota	01/01/2015 a 30/09/2015	31/01/2014 a 30/09/2014
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(68.539)	(5.764)
Ajustes:			
Depreciação e amortização	8 e 9	8.444	250
Resultado na baixa de imobilizado	8	125	-
Margem de construção		(4.191)	(1.944)
Variações monetárias e encargos, líquidos		1.102	(14.658)
Provisão de manutenção	21	102	-
Provisão para riscos	13	15	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes	5	(22.797)	-
Estoques		(1.535)	(9)
Impostos a recuperar	6.a	213	(3.706)
Depósito judicial		(18)	-
Adiantamentos		353	(2.012)
Despesas antecipadas		(5.200)	(56)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores	10	4.925	2.255
Obrigações com empregados e administradores	11	5.947	6.025
Impostos e contribuições a recolher		840	1.056
Impostos pagos		-	(462)
Adiantamentos de clientes		6.004	-
Partes relacionadas	7	1.980	3.924
Outras obrigações e contas a pagar		6.251	595
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		<u>(65.979)</u>	<u>(14.506)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aplicações financeiras	4	210.315	(398.199)
Aquisição de imobilizado	8	(29.741)	(3.687)
Aquisição de intangível	9	(384.628)	(214.238)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(204.054)</u>	<u>(616.124)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Aumento de capital	14	80.000	315.000
Captação de empréstimos e financiamentos	12	192.844	316.393
Pagamento de empréstimos e financiamentos	12	(723)	-
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	12	(554)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		<u>271.567</u>	<u>631.393</u>
AUMENTO LÍQUIDO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>1.534</u>	<u>763</u>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		611	-
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		<u>2.145</u>	<u>763</u>
AUMENTO LÍQUIDO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>1.534</u>	<u>763</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias

CONCESSIONÁRIA BR 040 S.A - VIA 040

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA O
PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2015 (NÃO AUDITADO)
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	01/01/2015 a 30/09/2015	31/01/2014 a 30/09/2014
Receitas		573.494	196.351
Receita operacional	15	52.417	-
Receita de construção	15	521.077	196.351
Insumos adquiridos de terceiros		(549.233)	(206.185)
Custos de construção	15	(476.547)	(194.407)
Materiais, serviço de terceiros e outros	15	(72.686)	(11.778)
Valor adicionado bruto		<u>24.261</u>	<u>(9.834)</u>
Retenções		(8.444)	(250)
Depreciação e amortização	8 e 9	<u>(8.444)</u>	<u>(250)</u>
Valor adicionado líquido produzido pela companhia		<u>15.817</u>	<u>(10.084)</u>
Valor adicionado recebido em transferência		11.685	14.659
Receitas financeiras	16	<u>11.685</u>	<u>14.659</u>
Valor adicionado total a distribuir		<u>27.502</u>	<u>4.575</u>
Distribuição do valor adicionado		<u>27.502</u>	<u>4.575</u>
Pessoal e encargos		30.980	8.461
Remuneração direta		22.650	7.251
Benefícios		5.055	791
FGTS		1.273	419
Outros		2.002	-
Impostos, taxas e contribuições		8.780	(904)
Federais		6.418	(904)
Municipais		2.362	-
Remuneração capital de terceiros		56.236	822
Juros		35.215	119
Aluguéis		3.957	703
Outras		17.064	-
Remuneração de capital próprio		(68.494)	(3.804)
Prejuízo do período		<u>(68.494)</u>	<u>(3.804)</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias

CONCESSIONÁRIA BR-040 S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS REFERENTES AO PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2015 – NÃO AUDITADO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Concessionária BR-040 S.A. (“VIA 040” ou “Companhia”), fundada em 31 de janeiro de 2014, localizada a Rua Niágara, 350, Nova Lima, MG - Brasil, foi constituída sob forma de sociedade por ações de propósito específico de capital fechado e tem como objeto social específico e exclusivo operar e explorar, através da cobrança de pedágio e outras atividades pertinentes, a concessão outorgada pela União Federal, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) o sistema rodoviário composto pelos trechos rodoviários da BR-040/DF/GO/MG.

O objeto da concessão compreende a recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do sistema rodoviário composto pelos trechos rodoviários da BR-040 sob concessão da VIA 040, incluindo todos os seus elementos integrantes da faixa de domínio, além de acessos e alças, edificações e terrenos, pistas centrais, laterais, marginais ou locais, ligadas diretamente ou por dispositivo de interconexão com a rodovia, acostamentos, obras de artes especiais e quaisquer outros elementos que se encontrem nos limites da faixa de domínio, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas relacionadas à concessão (“Sistema Rodoviário”), em conformidade com as condições e especificações do contrato de concessão firmado pela Companhia junto à União Federal (“Poder Concedente”) por intermédio da ANTT. O prazo de duração da Companhia é determinado e correspondente ao tempo necessário para cumprimento das obrigações decorrentes do Contrato de Concessão. O referido contrato possui prazo de duração de 30 (trinta) anos contados a partir de 22 de abril de 2014, podendo ser renovado por igual período, a exclusivo critério do Poder Concedente.

O trecho rodoviário sob concessão da VIA 040 tem início em Brasília, Distrito Federal e fim em Juiz de Fora, Minas Gerais, com extensão de 936,8 km, passando por 35 municípios ao longo de sua extensão abrangendo o Distrito Federal e os Estados de Goiás e Minas Gerais.

A VIA 040 é uma subsidiária integral da Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. (“INVEPAR”).

Como obrigação contratual a Companhia precisa cumprir todas as exigências previstas no Programa de Exploração de Rodovia (“PER”) para o início da arrecadação de pedágio.

Em 30 de julho de 2015 a Companhia iniciou a cobrança de pedágio após a duplicação de 56,3 quilômetros e da conclusão dos trabalhos iniciais. A autorização foi dada pela ANTT para as praças de pedágio 01 (um), 02 (dois), 03 (três), 04 (quatro), 05 (cinco), 06 (seis), 07 (sete), 08 (oito), 11 (onze) e 12 (doze). Em 23 de agosto de 2015 a VIA 040 deu início a cobrança de pedágio nas praças 09 (nove) e 10 (dez), também conforme autorizado pela ANTT.

Em 30 de setembro de 2015, a VIA 040 apresentou um capital circulante líquido negativo de R\$720.401 (capital circulante líquido positivo de R\$241.389 em 31 de dezembro de 2014). A Administração da VIA 040 e da Invepar têm atuado ativamente na avaliação das fontes de financiamento, visando o alongamento do perfil da dívida e a melhora dos indicadores

financeiros. Caso o alongamento do perfil da dívida e a geração de caixa operacional não sejam suficientes, a INVEPAR efetuará aporte de recursos necessários à manutenção das atividades.

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS (INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS)

As informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) da Companhia, aprovadas em 13 de novembro 2015 pela Administração da Companhia, compreendem:

a) Base de elaboração

As informações financeiras intermediárias foram elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações financeiras intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 02 às Demonstrações Financeiras Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (doravante denominadas de “Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2014”), publicadas na imprensa oficial em 30 de março de 2015.

Dessa forma, estas informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014.

2.1. Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

a) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018:

- IFRS 9 – Instrumentos financeiros (novo pronunciamento) - introduz novos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros.
- IFRS 15 – Receita com contratos de clientes (novo pronunciamento) - estabelece um único modelo abrangente a ser utilizado pelas entidades na contabilização das receitas resultantes de contratos com clientes.

As alterações às IFRSs mencionadas anteriormente ainda não foram editadas pelo CPC. No entanto, em decorrência do compromisso do CPC de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB, é esperado que essas alterações e modificações sejam editadas pelo CPC até a data de sua aplicação obrigatória.

A Companhia não adotou tais pronunciamentos antecipadamente e os mesmos não representam impactos relevantes em suas informações financeiras intermediárias.

3. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	<u>30/09/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Caixa e bancos	<u>2.145</u>	<u>611</u>
	<u>2.145</u>	<u>611</u>

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	<u>Taxa</u>	<u>Indexador</u>	<u>Vencimento</u>	<u>30/09/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Certificado de depósito bancário - CDB (a)	101,00%	CDI	set-20	30.016	226.748
Compromissada com lastro em CDI (b)	99,20%	CDI	set-17	47.786	-
Fundo de Investimento CAIXA Mover (c)	100,73%	CDI/IPCA /SELIC		-	50.480
Letras financeiras do tesouro				-	1.980
Certificado de depósito bancário - CDB				-	7.056
Títulos públicos federais - Tesouro Nacional				-	472
Debêntures				-	40.972
Total Aplicações financeiras				<u>77.802</u>	<u>277.228</u>

- (a) As aplicações em CDB's são remunerados pela taxa média de 101,00% do CDI e as mesmas possuem liquidez diária, podendo os valores serem resgatados a qualquer momento, sem alteração significativa de valor.
- (b) As aplicações compromissadas são remuneradas pela taxa média de 99,20% do CDI e as mesmas possuem liquidez diária, podendo os valores serem resgatados a qualquer momento, sem alteração significativa de valor.
- (c) Fundo de Investimento CAIXA Mover ("Fundo") - é um Fundo de Investimento constituído sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração e com possibilidade de resgate a qualquer momento. Destina-se, exclusivamente, a acolher investimentos da INVEPAR e/ou sempre mediante prévia autorização da INVEPAR, de empresas a ela ligadas através de participação, direta ou indireta, destina-se também a administração e a gestão da carteira e a controladoria de ativos. A escrituração da emissão e resgate de cotas do Fundo são realizadas pela Caixa Econômica Federal. Fazem parte deste fundo, a INVEPAR, a Concessionária Metrô Barra S.A. ("METROBARRA"), a Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. ("METRÔRIO"), a Linha Amarela S.A. ("LAMSA") e a Concessionária Litoral Norte S.A. ("CLN"). A Via 040 participou do Fundo até 05 de agosto de 2015, data em que houve o resgate total do saldo aplicado

5. CONTAS A RECEBER

	<u>30/09/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
AVI (*)	15.175	-
CIELO - Vale pedágio	1.048	-
Outros	<u>6.574</u>	<u>-</u>
	<u>22.797</u>	<u>-</u>

(*) Contas a receber referente à utilização das etiquetas eletrônicas nas pistas automáticas. Em 30 de setembro de 2015 não havia valores vencidos nas contas a receber da Companhia. O prazo médio de recebimento é de 37 dias.

6. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

a) Impostos a recuperar

	<u>30/09/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
IRRF sobre aplicações financeiras	2.595	4.004
Antecipação do imposto de renda e contribuição social	-	1.485
Saldo negativo imposto de renda e contribuição social	2.688	-
Outros	<u>3</u>	<u>10</u>
	<u>5.286</u>	<u>5.499</u>

b) Imposto de renda e da contribuição social diferidos

	<u>30/09/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Prejuízo fiscal e base negativa	13.816	13.816
Diferenças temporárias	<u>1.881</u>	<u>1.881</u>
Total dos ativos fiscais diferidos	<u>15.697</u>	<u>15.697</u>
Margem de Construção(*)	(1.709)	(1.725)
Custo de captação (*)	<u>(2.919)</u>	<u>(2.947)</u>
Total dos passivos fiscais diferidos	<u>(4.628)</u>	<u>(4.672)</u>
Total dos impostos diferidos	<u>11.069</u>	<u>11.025</u>

(*) Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos registrados durante a vigência do RTT até 31/12/2014, constituídos sobre margem de construção e custo de captação, são amortizados em quotas fixas mensais no valor de R\$ 5, pelo prazo restante do contrato de concessão, conforme Inciso IV art. 69 da Lei 12.973/14.

	<u>01/01/2015 a 30/09/2015</u>	<u>31/01/2014 a 30/09/2014</u>	<u>01/07/2015 a 30/09/2015</u>	<u>01/07/2014 a 30/09/2014</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(68.539)	(5.764)	(10.221)	(9.245)
Alíquota nominal do imposto de renda e contribuição social	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	23.030	1.960	3.475	3.144
Ajustes no lucro líquido que afetam o resultado do período				
Adições permanentes	(883)	-	(548)	-
IR/CS diferidos não constituídos	(22.375)	-	(2.912)	-
Outros	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>13</u>
Total dos impostos no resultado	<u>45</u>	<u>1.960</u>	<u>15</u>	<u>3.157</u>
IR e CSLL correntes (*)	-	-	-	1.197
IR e CSLL diferidos	45	1.960	15	1.960

(*) No terceiro trimestre de 2014, a Companhia apurou prejuízo no acumulado, revertendo o imposto de renda e contribuição social correntes que haviam sido provisionados no segundo trimestre de 2014.

Os créditos tributários diferidos foram constituídos no pressuposto de sua realização futura, que estabelece as condições essenciais para o reconhecimento contábil e manutenção de ativo diferido, decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias.

Os estudos técnicos realizados pela Companhia, para suportar a manutenção dos valores contabilizados, confirmam a capacidade provável de geração de lucros tributáveis e a plena realização destes ativos. Tais estudos correspondem as melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura dos resultados da Companhia. Nesse sentido, e devido à própria natureza das projeções financeiras e as incertezas inerentes às informações baseadas em expectativas futuras, principalmente no mercado no qual a Companhia está inserida, poderá haver diferenças entre os resultados estimados e os reais. Os valores não constituídos de IRPJ e CSLL diferidos são R\$23.527.

A realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativo e passivo é viável, considerando que o plano de negócios prevê que a Concessionária atinja o nível de operação plena e rentabilidade positiva prevista para ocorrer dentre os próximos 10 anos.

Na tabela abaixo, apresenta-se o cronograma previsto para realização total dos ativos fiscais diferidos registrados:

	<u>30/09/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
2016	5.092	4.304
2023 a 2025	<u>10.605</u>	<u>11.393</u>
	<u>15.697</u>	<u>15.697</u>

c) Impostos e contribuições a recolher

	<u>30/09/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Pis e Cofins	1.032	-
ISS	1.650	1.057
Imposto de renda e contribuição social retido na fonte	746	1.148
INSS sobre terceiros	<u>348</u>	<u>731</u>
	<u>3.776</u>	<u>2.936</u>

Em 13 de maio de 2014 foi publicada a Lei 12.973 que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº 1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na Lei 12.973 passou a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exercesse tal opção. Dentre os dispositivos, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT. A Concessionária optou por adotar a Lei 12.973/14 a partir de janeiro de 2015.

7. PARTES RELACIONADAS

As operações entre quaisquer das partes relacionadas do grupo INVEPAR, sejam elas acionistas, controladas ou coligadas, são efetuadas a condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da Administração.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas seguirá os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

Composição

<u>Parte relacionada</u>	<u>Transação</u>	<u>Relação com a companhia</u>	<u>Ativo</u>		<u>Passivo</u>		<u>Resultado Set/15</u>	
			<u>Circulante</u>		<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>(Despesas)</u>	<u>(Custo de construção)</u>
INVEPAR	Compartilhamento de despesa (*)	Controladora	-		2.135	-	(4.147)	-
METRORIO	Compartilhamento de despesa (*)	Ligada	—		<u>718</u>	—	—	—
			—		<u>2.853</u>	—	<u>(4.147)</u>	—
OAS	Contrato de empreitada(**)	Participante indireto	4.301		7.059	57.580	-	321.462

<u>Parte relacionada</u>	<u>Transação</u>	<u>Relação com a companhia</u>	<u>31/12/2014</u>	
			<u>Passivo circulante</u>	<u>Resultado Set/14 (Custo de construção)</u>
INVEPAR	Compartilhamento de despesa (*)	Controladora	65	-
LAMSA	Compartilhamento de despesa (*)	Ligada	90	-
METRORIO	Compartilhamento de despesa (*)	Ligada	<u>718</u>	-
			<u>873</u>	-
OAS	Contrato de empreitada(**)	Participante indireto	6.283	171.738

(*) Compartilhamento de despesa: Serviços compartilhados referentes ao rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas, incluindo gastos com a estrutura administrativa do grupo, que estão sendo compartilhadas entre as empresas através de critérios de rateio que consideram, por exemplo, histórico do uso efetivo de determinado recurso compartilhado por cada uma das partes, quantidade de colaboradores de cada parte que terão acesso a determinado recurso compartilhado e aferição do uso efetivo de determinado recurso compartilhado.

(**) Os valores referentes a Construtora OAS S.A. estão representados na rubrica de Fornecedores quando dos saldos no passivo circulante e não circulante.

Em 30 de maio de 2014, foi celebrado entre a Companhia e a parte relacionada Construtora OAS S.A., o contrato de empreitada para execução de obras civis no sistema rodoviário BR-040, envolvendo a ampliação da capacidade, implantação de melhorias, trabalhos iniciais, recuperação de obras de artes especiais, recuperação de terraplenos e de estruturas de contenção, por preço global. Os trabalhos iniciais, somente no item pavimento e de recuperação estrutural do pavimento, em preço específico. Os preços e as quantidades, quando aplicável, estão de acordo com o estabelecido no contrato de concessão, o qual é fiscalizado pela ANTT.

O regime de execução destes serviços, cujo prazo é de cinco anos, contados a partir da assinatura do contrato, é o de empreitada e o preço total acordado entre as partes foi de R\$3.703.000, devendo os pagamentos, serem realizados mensalmente, sendo o preço global baseado nas medições que demonstrarão o andamento do executado neste contrato e, para o preço específico, as medições terão como base as unidades de serviços efetivamente medidas em campo.

O preço global será reajustado a cada período de doze meses, com base em fórmula paramétrica que apura o índice de reajuste levando em consideração a variação dos custos quando comparados com a data-base da proposta constante no contrato.

Em 25 de março de 2015 as partes celebraram termo aditivo ao contrato firmado, que alterou a periodicidade de medições de pagamento do regime mensal para o semanal até que os requisitos necessários para o início da arrecadação sejam atingidos.

Em 27 de março de 2015, as partes celebraram o segundo termo aditivo ao Contrato, que alterou o preço global do contrato para R\$ 3.738.338, sendo o preço global R\$ 3.267.497 e o preço específico R\$ 470.841.

Em 31 de março de 2015, nove empresas pertencentes ao grupo econômico da OAS S.A., dentre elas a OAS Infraestrutura S.A. e a Construtora OAS S.A., acionistas integrantes do bloco de controle da Invepar, detentoras de 24,44% do capital social, ajuizaram pedido de recuperação judicial perante a Justiça do Estado de São Paulo. O requerimento de recuperação judicial não traz nenhum impacto na governança da Via 040, que continuará seguindo seu curso normal de negócios, zelando pelo cumprimento das obrigações contratualmente estabelecidas e pela qualidade da prestação de serviços aos seus usuários. A Companhia desenvolveu cenários de replanejamento do plano de negócios com nova estratégia de continuidade do empreendimento, a partir da estruturação da melhor condição de prazo e fornecedores para execução das atividades previstas no PER.

Em 30 de setembro de 2015 o saldo contratual é de R\$2.675.883 (R\$3.342.293 em 31 de dezembro de 2014) e o valor pago para Construtora OAS S.A. até 30 de setembro de 2015 foi de R\$666.410 (R\$ 396.045 até 31 de dezembro de 2014).

Em 16 de setembro de 2015, a Companhia notificou a Construtora OAS S.A. sobre a sua intenção de rescindir o Contrato, no prazo de 30 dias, contados a partir da emissão da referida notificação, conforme previsão contratual, e considerando, (i) a paralisação das atividades contratuais, decorrentes do mútuo interesse das partes em evitar e/ou minimizar custos e despesas desnecessários; (ii) as tratativas para terminação consensual do Contrato, que se encontram em estágio avançado, mas não concluídas; (iii) a necessidade da Companhia, no que tange a contratação de outras empreiteiras, visando o cumprimento das regras estabelecidas pelo Poder Concedente, bem como a urgência da consecução das obras para atendimento ao interesse público primário.

Dado o distrato contratual supracitado, a Companhia e a Construtora OAS S.A. impetraram diversos pleitos entre as partes visando manter o equilíbrio contratual. Os pleitos formalizados pela Construtora OAS S.A. contra a Via 040, foram analisados por consultores técnicos e jurídicos, contratados pela Via 040, que emitiram opinião sobre o risco de perda dos valores e o mérito jurídico de ambos. Considerando o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a Companhia reconheceu R\$ 57.380 a título de fornecedores a pagar, em seu passivo não circulante, sendo esta a melhor estimativa da sua administração, sobre o provável valor devido pela Companhia à Construtora OAS. A Companhia não reconheceu em suas

informações financeiras intermediárias os pleitos que ela impetrou contra a Construtora OAS, também conforme rege o CPC 25.

Remuneração da administração

Em 29 de abril de 2015 foi aprovado em Assembléia Geral Extraordinária o montante máximo de remuneração global anual dos administradores para 2015 de até R\$4.195.

A remuneração dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros da Administração, está composta pelos valores abaixo:

	<u>01/01/2015 a</u> <u>30/09/2015</u>	<u>31/01/2014 a</u> <u>30/09/2014</u>
Pró-labore	1.530	1.239
Encargos	306	315
Bônus	860	633
Outros benefícios	<u>10</u>	<u>90</u>
	<u>2.706</u>	<u>2.277</u>

Em 30 de setembro de 2015, a Companhia provisionou o montante de R\$860 (R\$797 em dezembro de 2014), de participação/bônus para os administradores.

8. IMOBILIZADO

	Taxa anual de depreciação %	<u>31/12/2014</u>	Adições	Baixas	Transferência	<u>30/09/2015</u>
Custo						
Instalações	10	62	17	-	(23)	56
Máquinas e equipamentos	10	1.719	4.911	-	-	6.630
Móveis e utensílios	10	136	1.681	-	-	1.817
Veículos	20	2.928	19.970	(29)	-	22.869
Equipamentos de informática	20	3.606	3.103	-	23	6.732
Adiantamento a fornecedores	-	100	-	(100)	-	-
Imobilizado em andamento	-	<u>66</u>	<u>382</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>448</u>
		<u>8.617</u>	<u>30.064</u>	<u>(129)</u>	<u>-</u>	<u>38.552</u>
Depreciação acumulada						
Instalações		(1)	(4)	-	-	(5)
Máquinas e equipamentos		(8)	(213)	-	-	(221)
Móveis e utensílios		(2)	(100)	-	-	(102)
Veículos		(215)	(3.345)	4	-	(3.556)
Equipamentos de informática		<u>(49)</u>	<u>(756)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(805)</u>
		<u>(275)</u>	<u>(4.418)</u>	<u>4</u>	<u>-</u>	<u>(4.689)</u>
Imobilizado líquido		<u>8.342</u>	<u>25.646</u>	<u>(125)</u>	<u>-</u>	<u>33.863</u>

	Taxa anual de depreciação %	<u>31/01/2014</u>	Adições	<u>30/09/2014</u>
Custo				
Instalações	10	-	31	31
Máquinas e equipamentos	10	-	166	166
Móveis e utensílios	10	-	25	25
Veículos	20	-	2.656	2.656
Equipamentos de informática	20	-	398	398
Adiantamento a Fornecedores	-	-	<u>411</u>	<u>411</u>
		-	<u>3.687</u>	<u>3.687</u>

Depreciação			
Máquinas e equipamentos	-	(3)	(3)
Veículos	-	(78)	(78)
Equipamentos de informática	-	<u>(28)</u>	<u>(28)</u>
	-	<u>(109)</u>	<u>(109)</u>
Imobilizado líquido	-	<u>3.578</u>	<u>3.578</u>

De acordo com o CPC01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. Em 31 de dezembro de 2014 e em 30 de setembro de 2015 não foram identificadas evidências de ativos imobilizados com custos registrados superiores aos seus valores de recuperação.

A companhia não possui ativos dados em garantia em processos judiciais. Os ativos que foram financiados por intermédio dos contratos FINAME pela Companhia (vide NE 12) estão alienados fiduciariamente às instituições financiadoras.

9. INTANGÍVEL

	<u>Vida útil</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>Adições</u>	<u>Transferência</u>	<u>30/09/2015</u>
Custo					
Software	5 anos	2.913	278	-	3.191
Direitos da concessão	(*)	23.539	109.243	488.097	612.841
Adiantamento a fornecedores		2.883	5.916	(1.775)	7.024
Intangível em construção		<u>524.959</u>	<u>393.379</u>	<u>(486.322)</u>	<u>440.054</u>
		<u>554.294</u>	<u>508.816</u>	<u>-</u>	<u>1.063.110</u>
Amortização					
Software		(15)	(449)	-	(464)
Direitos da concessão		<u>(934)</u>	<u>(3.577)</u>	<u>-</u>	<u>(4.511)</u>
		<u>(949)</u>	<u>(4.026)</u>	<u>-</u>	<u>(4.975)</u>
Intangível líquido		<u>553.345</u>	<u>504.790</u>	<u>-</u>	<u>1.058.135</u>

	<u>Vida útil</u>	<u>31/01/2014</u>	<u>Adições</u>	<u>30/09/2014</u>
Custo				
Software	5 anos	-	161	161
Direitos da Concessão	(*)	-	<u>222.688</u>	<u>222.688</u>
		-	<u>222.849</u>	<u>222.849</u>
Amortização				
Software		-	(7)	(7)
Direitos da Concessão		-	<u>(134)</u>	<u>(134)</u>
		-	<u>(141)</u>	<u>(141)</u>
Intangível líquido		-	<u>222.708</u>	<u>222.708</u>

(*)Prazo remanescente da concessão contado a partir da data de início da operação do ativo.

De acordo com o CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. Em 31 de dezembro de 2014 e 30 de setembro de 2015 não foram identificadas evidências de ativos intangíveis com custos registrados superiores aos seus valores de recuperação.

A companhia não possui ativos dados em garantia em processos judiciais.

10. FORNECEDORES

	<u>30/09/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Circulante		
Fornecedores nacionais (a)	52.553	31.358
Fornecedores internacionais	36	-
Retenções contratuais	6.083	2.841
Verba de fiscalização (ANTT)	<u>934</u>	<u>867</u>
	<u>59.606</u>	<u>35.066</u>
Não Circulante		
Fornecedores nacionais	<u>64.147</u>	<u>-</u>
	<u>64.147</u>	<u>-</u>

(a) A VIA 040 possui fornecedores relacionados à obra de infraestrutura rodoviária, conforme definido em seu contrato de concessão e também aqueles relacionados a operação e administração da Companhia.

11. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

	<u>30/09/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Provisão de férias	4.184	1.028
Gratificações	3.625	2.601
Encargos	1.342	787
Outras obrigações trabalhistas	<u>1.601</u>	<u>389</u>
	<u>10.752</u>	<u>4.805</u>

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

<u>Objeto</u>	<u>Moeda</u>	<u>Encargos</u>	<u>Vencimento</u>	<u>30/09/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
BNDES – Ponte	Reais	TJLP + 2% a.a.	mar/16	758.388	518.287
BNDES – FINAME	Reais	6% a.a.	ago/24 a out/24	11.331	12.277
Custo de captação				<u>(12.270)</u>	<u>(8.669)</u>
Total				<u>757.449</u>	<u>521.895</u>
Circulante				747.412	1.290
Não circulante				10.037	520.605

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>Captações</u>	<u>Amortização do principal</u>	<u>Juros pagos</u>	<u>Juros Incorridos</u>	<u>Custo de captação incorrido</u>	<u>Custo de captação amortizado</u>	<u>Transferência</u>	<u>30/09/2015</u>
Passivo circulante									
BNDES - Ponte	-	205.217	-	-	34.884	-	-	518.287	758.388
BNDES - FINAME	1.290	-	(723)	(554)	331	-	-	950	1.294
Custos a amortizar	-	-	-	-	-	(18.762)	15.161	(8.669)	(12.270)
	<u>1.290</u>	<u>205.217</u>	<u>(723)</u>	<u>(554)</u>	<u>35.215</u>	<u>(18.762)</u>	<u>15.161</u>	<u>510.568</u>	<u>747.412</u>
Passivo não circulante									
BNDES - Ponte	518.287	-	-	-	-	-	-	(518.287)	-
BNDES - FINAME	10.987	-	-	-	-	-	-	(950)	10.037
Custos a amortizar	(8.669)	-	-	-	-	-	-	8.669	-
	<u>520.605</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(510.568)</u>	<u>10.037</u>
Total de empréstimos e financiamentos	<u>521.895</u>	<u>205.217</u>	<u>(723)</u>	<u>(554)</u>	<u>35.215</u>	<u>(18.762)</u>	<u>15.161</u>	<u>-</u>	<u>757.449</u>

<u>Descrição</u>	<u>31/01/2014</u>	<u>Captações</u>	<u>Juros Incorridos</u>	<u>Custo de captação incorrido</u>	<u>30/09/2014</u>
Passivo circulante					
BNDES - Ponte	-	-	485	-	485
Custos a amortizar	-	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>485</u>	<u>-</u>	<u>485</u>
Passivo não circulante					
BNDES - Ponte	-	322.000	-	-	322.000
Custos a amortizar	-	-	-	(5.607)	(5.607)
	<u>-</u>	<u>322.000</u>	<u>-</u>	<u>(5.607)</u>	<u>316.393</u>
Total de empréstimos e financiamentos	<u>-</u>	<u>322.000</u>	<u>485</u>	<u>(5.607)</u>	<u>316.878</u>

Em 10 de setembro de 2014, a Companhia firmou contrato de financiamento mediante abertura de crédito junto ao BNDES, no montante total de R\$965.750, dividido em dois subcréditos: “A” R\$717.130 e “B” R\$248.620, destinado à prestação de serviço público de recuperação, conservação, implantação de melhorias e ampliação de capacidade da rodovia BR 040.

Sobre o principal da dívida incidirão juros de 2,0% a.a. mais TJLP.

O principal e o juros da dívida devem ser pago ao BNDES em prestação única, no valor principal vencendo da dívida, vencendo-se no dia 15 de março de 2016.

As liberações ocorridas, referentes ao subcrédito A, foram as seguintes:

Data	Montante
22 de setembro de 2014	R\$ 322.000
26 de dezembro de 2014	R\$ 190.000
22 de maio de 2015	R\$ 117.000
27 de agosto de 2015	R\$ 22.814
24 de setembro de 2015	R\$ 65.403

Este contrato possui cláusulas de vencimento antecipado atreladas a inadimplência para com o BNDES, indicadores profissionais ou societários. Em 30 de setembro de 2015 todas as cláusulas de vencimento antecipado foram atendidas.

Como garantia ao fiel cumprimento das obrigações da Companhia para com o BNDES, a Invepar, detentora da totalidade das ações da, alienou fiduciariamente, por meio de Contrato de Penhor de Direitos Créditorios, as ações que detêm da Companhia VIA 040 como garantia ao pagamento do Empréstimos Ponte, aos bancos fiadores da operação.

Os recursos captados junto ao Banco do Brasil são oriundos dos repasses da Agência Especial de Financiamento Industrial – FINAME integrante do Sistema BNDES e foram utilizados pela Companhia para adquirir sua frota de veículos. Os veículos financiados estão alienados à instituição financeira intermediária deste financiamentos, constituindo se assim como garantia quanto a não quitação, por parte da Companhia, da dívida contraída. Após o período de carência de 6 meses serão pagas em 114 prestações mensais e sucessivas. Este financiamento sofrerá incidência de juros à taxa efetiva de 6,00% ao ano, calculados por dias corridos, debitados e exigidos trimestralmente no período de carência, sempre no dia 15 de cada mês e mensalmente no período de amortização. Este contrato possui cláusulas de vencimento antecipado atreladas a inadimplência, indicadores profissionais ou societários. Em 30 de setembro de 2015 todas as cláusulas de vencimento antecipado foram atendidas. Segue abaixo o detalhamento dos contratos:

<u>Modalidade</u>	<u>Número do contrato</u>	<u>Data de liberação</u>	<u>Valor do contrato/ Valor liberado</u>	<u>Vencimento</u>
FINAME	40/00992-0	24/11/14	878	15/10/24
FINAME	40/00990-4	27/11/14	527	15/08/24
FINAME	40/00982-3	17/11/14	896	15/08/24
FINAME	40/00984-X	17/11/14	2.623	15/08/24
FINAME	40/00989-0	17/11/14	1.041	15/08/24
FINAME	40/00988-0	17/11/14	1.875	15/08/24
FINAME	40/00981-5	19/12/14	385	15/08/24
FINAME	40/00986-6	18/11/14	166	15/08/24
FINAME	40/00983-1	15/12/14	<u>3.635</u>	15/08/24
			<u>12.026</u>	

13. PROVISÃO PARA RISCOS

A Companhia realiza a análise das demandas judiciais com probabilidade de desembolso futuro como demonstrado abaixo. Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia não possuía demandas judiciais com com probabilidade de riscos prováveis e possíveis.

A Companhia, em 30 de setembro de 2015, é ré em processos de natureza cível e trabalhista, sobre os quais seus consultores jurídicos entendem como prováveis ou possíveis as probabilidades de perda, para os quais foram constituídas provisões ou foram efetuadas as respectivas divulgações nesta nota explicativa, conforme abaixo.

a) Riscos cíveis

As demandas que envolvem a VIA 040 são, em sua maioria, propostas por usuários do Sistema Rodoviário que pleiteiam compensação por prejuízos decorrentes de falhas na prestação dos serviços de manutenção, conserva ou operação da rodovia. O contencioso cível também envolve demandas decorrentes de conflitos nas relações contratuais estabelecidas com os fornecedores da VIA 040. Nestas, são usuais pedidos de aplicação de penalidades contratuais e/ou indenizações por prejuízos eventualmente apurados.

b) Riscos trabalhistas

A Companhia é parte em processos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de reintegração, horas extraordinárias, equiparação salarial, dentre outros.

<u>Natureza do risco</u>	30/09/2015	
	<u>Provável</u>	<u>Possível</u>
Trabalhistas	-	25
Cíveis	<u>15</u>	<u>294</u>
	<u>15</u>	<u>319</u>

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 30 de setembro de 2015, o Capital Social da Companhia era composto conforme abaixo:

a) Capital social

	<u>Número de ações</u>	<u>% Participação</u>	<u>Ações ordinárias</u>
Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR	<u>395.000.000</u>	<u>100</u>	<u>395.000.000</u>

Em 31 de janeiro de 2014, nos termos do boletim de subscrição foi firmado pela INVEPAR a subscrição de 395.000.000 (trezentos e noventa e cinco milhões) de ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal a Companhia.

Em 21 de fevereiro de 2014, foi realizada a integralização de R\$39.500.

Em 24 de fevereiro de 2014, foi realizada a integralização de R\$275.500.

Em 31 de dezembro de 2014 o Capital Social da Companhia foi de R\$315.000.

Em 06 de março de 2015, foi realizada a integralização da parcela final do Capital Subscrito, no montante de R\$80.000.

O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do Art. 202 da lei das sociedades por ações.

a) Reserva legal

A Companhia destina 5% do seu lucro líquido antes de qualquer outra destinação para a constituição da reserva legal, que não excederá de 20% do capital social, conforme Art. 193 da lei das sociedades por ações.

15. RECEITAS, CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

RECEITA POR NATUREZA

	01/01/2015 a 30/09/2015	31/01/2014 a 30/09/2014	01/07/2015 a 30/09/2015	01/07/2014 a 30/09/2014
Receita bruta de pedágio	52.412	-	52.412	-
Receita extraordinária	5	-	5	-
Receita de construção	481.312	196.351	167.671	188.860
Deduções da receita				
PIS Cumulativo	(341)	-	(341)	-
COFINS Cumulativo	(1.573)	-	(1.573)	-
ISS	(2.362)	-	(2.362)	-
	<u>529.453</u>	<u>196.351</u>	<u>215.812</u>	<u>188.860</u>

CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	01/01/2015 a 30/09/2015	31/01/2014 a 30/09/2014	01/07/2015 a 30/09/2015	01/07/2014 a 30/09/2014
Pessoal e encargos	(35.529)	(9.488)	(16.160)	(6.604)
Conservação e manutenção	(21.743)	(170)	(20.297)	(113)
Comunicação, Marketing e Publicidade	(671)	(8)	(375)	-
Seguros e garantias	(3.175)	(1.726)	(1.333)	(1.718)
Serviços de terceiros	(12.573)	(1)	4.113	-
Veículos	(3.781)	(411)	(1.182)	(323)
Consultoria e assessoria	(3.260)	(2.107)	(1.107)	(929)
Alugueis e Impostos*	(13.491)	(5.665)	(4.833)	(5.223)
Energia elétrica	(224)	-	35	-
Provisão para riscos	(15)	-	(12)	-
Serviços compartilhados	(4.147)	-	(1.489)	-
Provisão para manutenção	(102)	-	(102)	-
Depreciação e amortização	(8.444)	(250)	(5.214)	(241)
Custo de construção	(476.547)	(194.407)	(166.011)	(186.990)
Outros	<u>(13.486)</u>	<u>(2.422)</u>	<u>(9.088)</u>	<u>(378)</u>
	<u>(597.188)</u>	<u>(216.655)</u>	<u>(223.055)</u>	<u>(202.519)</u>
Custo dos serviços prestados	(32.171)	-	(32.171)	-
Despesas gerais e administrativas	(31.745)	(10.900)	(14.118)	(6.437)
Outras receitas e despesas	(56.725)	(11.348)	(10.775)	(9.092)
Custo de construção	<u>(476.547)</u>	<u>(194.407)</u>	<u>(166.011)</u>	<u>(186.990)</u>
	<u>(597.188)</u>	<u>(216.655)</u>	<u>(223.055)</u>	<u>(202.519)</u>

*Inclue os custos contratuais da concessão, como Verba de Fiscalização, RDT e Verba de Segurança, conforme previsto no contrato de concessão R\$ 9.365 em 30 de setembro de 2015 (R\$ 4.598 em 30 de setembro de 2014).

16. RESULTADO FINANCEIRO

	01/01/2015 a 30/09/2015	31/01/2014 a 30/09/2014	01/07/2015 a 30/09/2015	01/07/2014 a 30/09/2014
Descontos obtidos	20	1	11	1
Juros sobre aplicações financeiras	2.381	14.658	169	4.530
Varição monetária ativa	428	-	132	-
Varição cambial ativa	<u>101</u>	<u>-</u>	<u>37</u>	<u>-</u>
Total receitas financeiras	<u>2.930</u>	<u>14.659</u>	<u>349</u>	<u>4.531</u>
Comissões e despesas bancárias	(1.372)	(3)	(1.278)	(1)
Juros sobre financiamentos	(2.127)	-	(1.969)	-
Juros passivos	(156)	(27)	(41)	(27)
Varição cambial passiva	(47)	-	(12)	-
Outros	<u>(32)</u>	<u>(89)</u>	<u>(27)</u>	<u>(89)</u>
Total despesas financeiras	<u>(3.734)</u>	<u>(119)</u>	<u>(3.327)</u>	<u>(117)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(804)</u>	<u>14.540</u>	<u>(2.978)</u>	<u>4.414</u>

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015, a Companhia incorreu em R\$47.017 (R\$20.598 no terceiro trimestre de 2015) de despesas de juros do empréstimo e custo de captação com o BNDES, sendo R\$8.632 (R\$ 1.171 no terceiro trimestre de 2015) compensados com a Receita Financeira oriunda do mesmo. O montante de R\$38.385 (R\$ 19.427 no terceiro trimestre de 2015) foi capitalizado no intangível.

17. RESULTADO POR AÇÃO

Em atendimento ao CPC 41 - Resultado por Ação, a Companhia apresenta a seguir as demonstrações sobre o resultado por ação para o período findo em 30 de setembro de 2015.

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	01/01/2015 a 30/09/2015 Ordinárias	31/01/2014 a 30/09/2014 Ordinárias	01/07/2015 a 30/09/2015 Ordinárias	01/07/2014 a 30/09/2014 Ordinárias
Numerador básico e diluído				
Resultado do período atribuído aos acionistas da Companhia	(68.494)	(3.804)	(10.206)	(6.088)
Denominador básico e diluído				
Média ponderada de ações	<u>375.952</u>	<u>311.260</u>	<u>395.000</u>	<u>315.000</u>
Prejuízo básico e diluído por ações (em reais - R\$)	<u>(0,182)</u>	<u>(0,012)</u>	<u>(0,026)</u>	<u>(0,019)</u>

Em 31 de janeiro de 2014, foi realizada a integralização de 39.500.000 ações ordinárias e 275.500.000 em 24 de fevereiro de 2014, totalizando 315.000.000 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2014. Em 6 de março de 2015 foram integralizado o restante de 80.000 ações ordinárias, totalizando 395.000.000 ações ordinárias em 30 de setembro de 2015. A Companhia não possui instrumentos diluidores.

18. SEGUROS

A Companhia mantém seguro-garantia ao setor público, riscos operacionais, responsabilidade civil, riscos de engenharia, conforme obrigação contratual constante em seu Contrato de Concessão, e outros relacionados aos seus ativos operacionais e administrativos, considerado suficientes por sua administração para cobrir os riscos envolvidos.

<u>Modalidade</u>	<u>Limite máximo de indenização (básico)</u>	<u>Vigência</u>	<u>Seguradora</u>
Garantia ao poder concedente (a)	425.000	20/03/15 a 20/03/16	Banco Fator 100%
Responsabilidade civil geral (b)	50.000	19/03/15 a 19/03/16	Tóquio Marine
Riscos operacionais (c)	40.000	19/03/15 a 19/03/16	Tóquio Marine
Edificações (Escritório Cristalina)	500	20/08/15 a 20/08/16	Allianz
Edificações (Escritório Sede)	2.635	17/10/14 a 17/10/15	Tokio Marine
Veículos	500.000	18/09/15 a 18/09/16	Liberty
D&O	100.000	21/09/15 a 21/09/16	XL Seguros

- (a) Seguro garantia, conforme previsto no item 12 do Contrato de Concessão firmado entre a Companhia e o Poder Concedente, que deverá ser mantido, a favor da ANTT, até o fiel cumprimento das obrigações contratuais previstas no PER.
- (b) Cobertura de responsabilidade civil cobrindo a Concessionária e o Poder Concedente, bem como seus administradores, empregados, funcionários, prepostos ou delegados, pelos montantes com que possam ser responsabilizados a título de danos materiais, pessoais e morais, decorrentes das atividades abrangidas pela Concessão.
- (c) Cobertura de perda ou dano decorrente de riscos de engenharia, riscos operacionais e relativos às máquinas e equipamentos da Concessão.

19. COMPROMISSOS E RESPONSABILIDADES

A VIA 040 deverá manter, em favor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”), como garantia do fiel cumprimento das obrigações contratuais, a Garantia de Execução do Contrato nos montantes indicados na tabela abaixo:

<u>Meta de duplicação</u>	<u>Valor</u>
Até o atendimento da meta total de duplicação prevista no item 3.2.1.1 do PER*	425.000
Do atendimento da meta total de duplicação prevista no item 3.2.1.1 do PER* até o 30º ano	225.000

*PER - Programa de Exploração Rodoviária

A redução do valor da Garantia de Execução do Contrato está condicionada ao cumprimento as metas de duplicação da rodovia descritas no PER. A Garantia de Execução do Contrato será reajustada anualmente, com o mesmo índice de reajuste da Tarifa Básica de Pedágio

Estão previstas no contrato de concessão as obrigações abaixo descritas:

Verba de fiscalização	10.410
Verba de segurança no trânsito	1.334
Recursos para desenvolvimento tecnológico	1.844

A Companhia, como compromisso contratual, assumiu os compromissos de investimentos previstos no PER.

O Programa de Exploração da Rodovia (PER) especifica as condições para execução do Contrato, caracterizando todos os serviços e obras esperados da VIA 040 ao longo do prazo da Concessão, divididos em frentes. Em cada uma das frentes são detalhadas as atividades de responsabilidade da VIA 040, com a fixação do prazo e das condições para o cumprimento integral do PER.

O PER conta com 4 frentes de concessão, cujo escopo encontra-se assim definido:

Frente 1	Frente 2	Frente 3	Frente 4
Recuperação e manutenção	Ampliação de capacidade e manutenção de nível de serviço	Conservação	Serviços operacionais: implantação e operacionalização das seguintes infraestruturas e serviços
Pavimento	Obras de Ampliação de Capacidade e Melhorias	Pavimento	Centro de Controle Operacional
Sinalização e Elementos de Proteção e Segurança	Obras em Trechos Urbanos	Elementos de Proteção e Segurança	Equipamentos e Veículos da Administração
Obras de arte especiais	Obras de Manutenção de Nível de Serviço	Obras de Arte Especiais	Sistemas de Controle de Tráfego
Terraplenos e estruturas de contenção	Obras Emergenciais	Sistema de Drenagem e Obras de Arte Correntes	Sistemas de Atendimento ao Usuário
Canteiro Central e Faixa de Domínio		Terraplenos e estruturas de contenção	Sistemas de Pedágio e controle de arrecadação
Implantação e Recuperação das Edificações e instalações operacionais		Canteiro Central e Faixa de Domínio	Sistema de Comunicação
Sistemas Elétricos e de Iluminação		Edificações e instalações operacionais	Sistema de Pesagem
		Sistemas Elétricos e de Iluminação	Sistema de Guarda e Vigilância Patrimonial
			Reforma dos postos da PRF

O PER prevê um prazo de 5 (cinco) anos, a contar da data de assinatura do contrato de concessão, para que estes investimentos sejam finalizados.

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 30 de setembro de 2015. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, valores a receber, empréstimos e financiamentos e fornecedor.

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

a) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores de mercado

Os valores de mercado informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado semelhantes aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor de mercado em virtude do curto prazo de vencimento.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros nas aplicações financeiras são vinculadas à variação da CDI, TJLP, IPCA e SELIC.

c) Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, de caixa, bancos e aplicações financeiras. A Companhia tem como política manter as contas correntes bancárias e aplicações financeiras em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

d) Análise de sensibilidade nas taxas de juros

No quadro abaixo, são considerados três cenários sobre os ativos e passivos financeiros relevantes, sendo: (i) cenário provável, aquilo que a Companhia espera que se concretize; e (ii) cenários variáveis chaves, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as flutuações das variáveis chaves nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos. Além do cenário provável, estão sendo apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado.

As taxas consideradas foram:

<u>Indicador</u>	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário A</u>	<u>Cenário B</u>
DI Ativo (% ao ano)	13,32%	9,99%	6,66%
TJLP (% ao ano)	6,25%	7,81%	9,38%

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de juros a incorrer dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

Análise de sensibilidade de variações na taxas de juros

Em 30 de setembro de 2015, a sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de cada um deles, é apresentada na tabela abaixo:

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Base</u>	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário A</u>	<u>Cenário B</u>
Ativos financeiros					
Aplicações financeiras					
Compromissada com lastro em CDI	DI	77.802	10.363	7.772	5.182
Passivos financeiros					
Empréstimo e financiamentos	TJLP	758.388	47.399	59.230	71.137

e) Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital capaz de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia apresentava condições financeiras suficientes para garantir o início das suas operações. Naquela data, a Companhia não havia iniciado sua arrecadação por pedágio mas apresentava índices de liquidez positivos, em que se destaca o índice de liquidez corrente, calculado em 637%, demonstrando a saúde de caixa da Companhia.

Em 30 setembro de 2015 a Companhia apresentava situação análoga ao supracitado. No entanto dado a aproximação da data de vencimento do empréstimo PONTE obtido junto ao BNDES, e conseqüente classificação contábil do total da dívida em seu passivo circulante o índice de liquidez nessa data foi calculado em 14,42%.

	<u>30/09/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Empréstimos e financiamentos	757.449	521.895
Caixa e equivalentes de caixa	(2.145)	(611)
Aplicações financeiras	<u>(77.802)</u>	<u>(277.228)</u>
Dívida líquida	677.502	244.056
Patrimônio líquido	<u>305.002</u>	<u>293.496</u>
Patrimônio líquido e dívida líquida	<u>982.504</u>	<u>537.552</u>

f) Derivativos

A Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros instrumentos especulativos em todo o exercício de 2014 e no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2015.

g) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez corrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através das contas garantidas e empréstimos e financiamentos.

<u>30 de setembro de 2015</u>	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Empréstimos e Financiamentos	747.412	2.848	2.532	4.657	757.449
Fornecedores	59.606	64.147	-	-	123.753

21. PROVISÃO DE MANUTENÇÃO

A Companhia constitui provisão para recuperação da infraestrutura, que compreende os gastos previstos pela Concessionária para deixá-la em condições normais de operação antes de devolvê-la ao poder concedente, a partir do momento que o ativo construído se torna operacional e com base na melhor estimativa do gasto necessário para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

Em 30 de setembro de 2015 a Companhia reconheceu R\$ 102 a título de provisão para manutenção. Em 31 de dezembro de 2014 não possuía provisão de manutenção.

A taxa para cálculo do valor presente para os projetos com início de provisão até 30 de setembro de 2015 é de 14,25% a.a.

22. PROVISÃO AMBIENTAL

A Companhia reconhece provisão referente à obrigação de reposição de supressão vegetal, a ser realizada, na mesma proporção do andamento da obra para a qual foi obtido o Licenciamento Ambiental pertinente. Estas provisões são determinadas com base na melhor estimativa durante o período pelo qual a Companhia espera realizar os dispêndios a ela inferidos quando da obtenção do Licenciamento Ambiental.

Em 30 de setembro de 2015 a Companhia reconheceu R\$ 4.562, trazido a valor presente, a título de provisão ambiental. Em 31 de dezembro de 2014 não houve saldo provisionado.

23. TRANSAÇÃO NÃO CAIXA

A Companhia possui no período as transações não caixa conforme segue abaixo:

	<u>30/09/2015</u>	<u>30/09/2014</u>
Aquisição de imobilizado e intangível ainda não liquidada financeiramente (Fornecedores)	106.310	6.102
Encargos financeiros capitalizados no ativo intangível	38.385	29
Custo de captação sem desembolso	6.389	-

ADMINISTRAÇÃO

Túlio Toledo Abi Saber
Diretor-Presidente

Clarice Correa Peixoto Alves
Diretora Administrativa e Financeira

Responsável Técnico

Leandro Ferreira
Contador - CRC RJ-105435/O-5